

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Objetivo geral	20
1.2 Objetivos específicos	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 Comportamento Moral	22
2.2 Práticas educativas parentais	23
2.2.1 Práticas educativas positivas	25
2.2.2 Práticas educativas negativas	26
2.3 Estilos Educativos parentais	27
2.4 Comportamentos pró-sociais	28
2.5 Comportamento antissocial	29
2.5.1 Comportamento antissocial – classificação diagnóstica e definição clínica	31
2.5.2 Comportamento desviante	32
2.5.3 Outros aspectos relacionados ao comportamento antissocial	32
2.6 Discussões dos principais aspectos sobre o tema	33
3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA	36
3.1 Método	36
3.2 Classificação da pesquisa	36
3.3 Procedimentos de coleta de dados	36
3.4 Tratamento de dados	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERENCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano pode ser compreendido por marcos históricos como: nascer, crescer e envelhecer. O primeiro contato do indivíduo com o mundo se dá através do seu meio parental. Sua família é considerada o ponto de início da vida, quando o indivíduo passa por processos capazes de direcioná-lo a seguir condutas sociais, e também desenvolve comportamentos para melhor lidar e conviver em seu ambiente. Aprende sobre os valores morais e sua importância, e se adaptar e interagir na cultura no qual é criado.

O comportamento moral é visto como alicerce para a boa convivência em sociedade, e requer do indivíduo condutas que contribuam para a preservação e evolução de sua cultura.

O termo moral e o comportamento moral são objetos de várias áreas de estudo, como: filosofia, sociologia, psicologia, dentre outros.

Pode se dizer que, Indivíduos que desenvolvem o comportamento antissocial, possuem deficiência no que se refere ao comportamento moral, pois estes infligem regras e normas estabelecidas em sociedade, possuem ausência de valores e virtudes além de dificuldades em habilidades sociais.

É possível que dentro do seu processo de desenvolvimento, o indivíduo apresente condutas antissociais, que resultem em comportamento que infrinjam regras estabelecidas dentro do seu ambiente (sociedade no qual se encontra inserido) e impedem a preservação da mesma e da sua cultura.

Este trabalho apresenta a relevância em produzir conhecimento a cerca do comportamento moral, abordando sua definição e importância. Mostrando a possibilidade de desenvolvimento do comportamento moral assim como as manutenções de comportamentos pró-sociais, relacionando-os com comportamento antissocial.

Através do estudo proposto, o trabalho propõe as possibilidades de produção e manutenção de comportamento pró-sociais em indivíduos com comportamento antissocial, para que o individuo cumpra enquanto integrante da sociedade papeis esperados de um cidadão de bem.

Este estudo teve como estrutura como uma pesquisa bibliográfica de nível descritivo do tipo narrativo, os dados coletados foram de natureza qualitativa. O estudo se classificou como uma pesquisa bibliográfica com ordem em revisão

literária. Foram utilizados livros com embasamento científico e de caráter profissional, com aplicações recentes sobre o referido tema, como Comportamento Moral (uma proposta para o desenvolvimento das virtudes – Paula Inez Cunha Gomide 2012), além de, artigos, dissertações e monografias. Os artigos selecionados para construção da pesquisa, foram coletados a partir de buscas realizadas na biblioteca virtual Scielo (Scientific Eletronic Library Online – Scielo/ <https://www.scielo.org/>), BVS-Psi (Biblioteca virtual de Psicologia Brasil/ <http://www.bvs-psi.org.br/php/index.php>) e Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia/ <http://pepsic.bvsalud.org/>), para melhor compreensão dos estudos já realizados entre os autores selecionados sobre esse tema..

Foram inclusos a pesquisa, períodos de publicações entre 2009 a 2019, utilizado o idioma português, estudos, pesquisas e aplicações dos métodos interventivos sobre o comportamento antissocial. Para produção desta pesquisa, foram utilizados aproximadamente 18 artigos e 8 livros, que abordaram de forma direta ou indireta sobre comportamento moral, comportamento pro-social, praticas educativas e comportamento antissocial.

1.1 Objetivo geral:

Tem-se como objetivo, descrever em termos teóricos a importância e aplicabilidade do comportamento moral e a manutenção de comportamento pró-social em indivíduos com comportamento antissocial.

1.2 Objetivos específicos

- Identificar se há causas e aspectos envolvidos no ambiente do indivíduo, que promovem tanto o desenvolvimento do comportamento pró-sociais quanto antissociais.
- Verificar as variáveis envolvidas no comportamento antissocial
- Descrever a relevância do comportamento moral no desenvolvimento de comportamentos pró-sociais.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Comportamento Moral

Schlinger (1995) apud por Gomide (2012), afirma que, pela vertente teórica da análise do comportamento, a moralidade é uma especificidade comportamental evocada nas pessoas, pelos contextos sociais, dependendo das contingências e reforçamento e punição.

Segundo Gomide (2006), o comportamento moral é caracterizado pelo ensinamento das virtudes aos filhos através de exemplos e experiências em uma relação permeada pelo afeto.

Segundo Gomide apud Abib (2001) sugere algumas formas de sustentar a cultura como: conhecimentos, habilidades, justiça, paz, ordem e preservação do meio ambiente. Nesse mesmo contexto, Weber et al (2007), afirma que o modelo moral dos pais também se destaca como um fator relevante na prevenção do comportamento antissocial.

Segundo Skinner (1974/1982) apud Prust e Gomide (2007), atribui o comportamento moral e ético, às contingências ambientais, ou seja, uma pessoa age moralmente e a consideramos moral porque ela vive num tipo particular de ambiente e não por ser possuidora de virtudes e conscientes de seus semelhantes direitos. Condutas morais refletem sobre o estabelecimento de regras na sociedade.

Para melhor compreensão do comportamento moral, Carvalho (2016) descreve que há a presença de modelagem de comportamentos morais, mantidos por reforço positivo social direto e estabelecido de experiências pró-sociais.

Segundo Peláez (2001) citado por Carvalho (2016), afirmam que, a emissão de um comportamento moral correspondente a uma regra e só acontece quando a criança adquirir uma compreensão receptiva de uma regra e possui capacidade de expressá-la. Dito isso esses mesmos autores descrevem sobre o aumento de repertórios comportamentais:

À medida que o repertório de comportamento verbal da criança aumenta, e repertórios de referência e tomada de perspectiva se desenvolvem, ele ou ela capaz de discriminar entre consequências imediatas e as atrasadas, remotas ou a longo prazo de ações morais ou imorais. A criança começa a entender os sentimentos e as emoções dos outros (como no caso da empatia). (Peláez, 2001, apud Carvalho 2016 p.12).

Pode-se compreender, o comportamento moral como práticas educativas para Prust e Gomide (2007), é considerado como processo de modelagem de papéis sociais no que relaciona principalmente à transmissão de normas e valores mediante modelo fornecido pelos pais. Nesse sentido Matos, Matos 2010, p.126) afirmam sobre a importância do ambiente social para o processo de aprendizagem:

A aprendizagem e o desenvolvimento de virtudes como justiça, compaixão, generosidade e tolerância são consequências das nossas relações sociais desenvolvidas em nosso ambiente social. Portanto, ações articuladas envolvendo família e escola, são as que, de fato, podem ser efetivas para a aprendizagem dessas referidas virtudes, pois se entende que, possivelmente, nenhuma ação isolada será totalmente bem-sucedida.

Para Prust e Gomide (2007) enfatizam que o ensinamento do comportamento moral, está relacionado a controle por contingências, referindo a respostas instaladas ou mantidas por consequências diretas.

O comportamento moral deve ser ensinado ao homem desde sua infância para que o ser humano se aprimore a ponto de preservar a própria espécie a cultura e as gerações futuras (GOMIDE 2010 p 34).

2.2 Práticas educativas parentais

Sabe-se que a interação familiar é crucial para o desenvolvimento social dos filhos. Hoffman (1979) apud Pacheco (2004), descreve que a afetividade na relação entre pais e filhos é importante no sentido em que, os filhos fiquem mais receptivos para as técnicas disciplinares, sigam o exemplo dos pais sintam-se afetivamente seguros podendo ser empáticos a outras pessoas. Capaz também de facilitar o processo de consciência e internalização de normas sociais por parte da criança.

Segundo Weber et al (2007), o valor moral dos pais é considera como fator relevante na prevenção do comportamento antissocial dos filhos.

Afirma Prust e Gomide (2007), que a relação do grupo familiar é poderosa no processo de desenvolvimento da criança, que é no contexto familiar que a mesma adquire repertórios comportamentais básicos.

Segundo Gomide (2004/2010) os pais são os principais mediadores entre a criança e o mundo. A criança aprende sobre o mundo sobre os olhos dos pais, das suas reações e experiências e são esses que ensinam a serem segurasse terem boa autoestima a resolverem problemas e aprenderem as virtudes.

O comportamento moral relaciona-se a prática educativa de transmissão dos valores e princípios morais dos pais para seus filhos, discriminando o que seria considerado certo ou errado a partir do contexto onde a criança está inserida, além de transmitir é necessário que os pais tenham comportamentos condizentes com os valores ensinados (Gomide *et al*, 2005).

A princípio, para os autores Morgado e Dias (2016) destacam que o papel da família é crucial no desenvolvimento social, já que é nesse contexto que as crianças aprendem, pela primeira vez, como se comportar em contexto social através da aprendizagem e ensaio das interações sociais.

O comportamento de obedecer é considerado como base para o desenvolvimento de comportamento moral e para a preservação do comportamento antissocial. (GOMIDE 2010 p 45).

Os pais sendo coerentes quanto aos princípios morais favorecem experiências que venham a desenvolver valores. Neste sentido ajudam os filhos a fazer autocrítica e reparação de dano de um comportamento inadequado (GOMIDE 2010 p 27).

Patterson e Cols (1992) apud Pacheco e Hultz (2009) indicam categorias de análise de práticas educativas parentais, e destaca-se o monitoramento parental, a disciplina, a habilidade para resolução de problemas. Como exemplo, Pacheco (2009), afirma que o monitoramento é um fator importante como controle de comportamentos, como saber onde o filho está com quem está e o que está fazendo.

Autores como Peláez-Nogueras et al (1992) apud Carvalho (2016), enfatizam o reforçamento como uma operação básica na aquisição do comportamento moral, acerca do reforço e do castigo na aprendizagem operante.

Na Psicologia da Aprendizagem, os determinantes do comportamento antissocial são analisados com o foco nas técnicas educativas, na estrutura familiar e, considerando o grupo social, no processo de socialização, nos maus tratos ou negligência e na influência da cultura, (MATOS E MATOS, 2007 p.124).

O processo educativo onde a crianças de famílias desestruturadas são submetidas é considerada uma variável importante no desencadeamento de comportamentos antissociais, Gomide (2012 p 39). A família é seu instrumento fundamental para conduzi-lo a socialização, mas também desencadeadora de práticas que contribuam para o desenvolvimento de comportamento antissocial.

Segundo Gomide (2012) se há ou não predisposição biológica e baixa reatividade para aprender, os comportamentos antissociais somente se desenvolvem se houver condições propícias na família.

Patterson *et al.* (1992) apud Caballo, Marinho (2002) destacam o papel da família como influente no processo de desenvolvimento desse padrão comportamental.

Para Nardi *et al.* (2006), o uso de drogas, as relações familiares conflituosas e eventos estressores, demonstram comprometer as perspectivas futuras dos jovens infratores.

2.2.1 Práticas Educativas Positivas

Interpretada como uma variável importante Del Prette e Del Prette (2003) a monitoria positiva é considerada um reforço importante para promover o comportamento pró-social.

Nessa perspectiva, descrevem Marturano e Silva (2002 p.227) sobre a posição dos pais, como prática educativa, descrevem :

Os pais tendem a ser não contingentes no uso de reforçamento positivo para comportamentos pró-sociais (ignorando-os ou respondendo de forma inapropriada) e empregam frequentemente punições para comportamentos desviantes (conceitos descritos adiante). Consequentemente, comportamentos coercitivos são diretamente reforçados pelos membros da família.

Skinner (1977 p. 51), afirma que o uso da punição é comumente usado para eliminar um comportamento indesejável.

O estabelecimento de punições para Carvalho (2016) envolve as práticas para a redução ou eliminação de comportamentos imorais, a partir da punição, instruções com componentes aversivos condicionados, extinção e reforçamento de comportamento incompatível. Nesse sentido (CARVALHO, 2016 p. 53) afirma sobre a punição positiva:

A punição positiva, bem como sua ameaça, é mais eficiente a depender da contiguidade, da intensidade do estímulo (se fraca não funciona, se forte funciona, mas gera “comportamento emocional forte” com componentes operantes de fuga e esquiva, que podem assumir a forma de contra agressão ou um comportamento passivo, tímido e arredo, não só em relação a ação imoral particular, mas também em relação a outros estímulos presentes ao momento, incluindo os pais.

Ao interagirem com os filhos de maneira afetuosa e empática, explicitarem sua opinião, aprovação ou desaprovação através de situações vividas por eles próprios, pelos filhos ou por outras pessoas, os pais estão oferecendo modelos de valores esperados no ambiente familiar e que serão generalizados em outra circunstância. (GOMIDE 2010 p. 27)

2.2.2 Práticas Educativas Negativa

Comumente o mais praticado nos estilos educacionais, a prática reforçadora negativa demonstra-se ineficiente para a formação de futuros indivíduos bem-sucedida moralmente, as práticas educativas como monitoria negativa, punição inconsistente, negligência, disciplina relaxada e abuso físico são classificadas como métodos negativos, segundo Gomide *et al* (2005) são práticas educacionais que tendem a promover comportamentos inadequados e/ou antissociais.

Gomide (2012) ressalta sobre práticas disciplinares ineficientes ou relaxadas incluindo castigos físicos, a privação de objetos e ameaças. Podem favorecer o desenvolvimento do comportamento antissocial. Reforçar negativamente produz um repertório comportamental inadequado no ambiente do indivíduo.

Gomide (2012), defende que a punição inconsciente ou não contingente interfere, sobretudo na percepção do indivíduo, prejudicando sua avaliação quando aos seus efeitos que suas ações tem sobre os outros e sobre o meio.

Punição inconsistente é descrita por Gomide (2004, p 27) como uma punição baseada no humor emitido pelos pais sem consistência com o comportamento da criança, a partir disso a criança aprende como discriminar o comportamento dos pais ao invés de aprender qual comportamento seria inadequado.

Para Gomide *et al.* (2005) o fator principal que define a disciplina relaxada é o não fazer valer as regras em momentos que os filhos não seguem as normas determinadas, os pais não cumprem com as consequências prometidas aos filhos nos momentos de comportamentos indesejados, este tipo de prática contribuem para desenvolver crianças delinquentes, com dificuldade em atender as normas estabelecidas.

2.3 Estilos Educativos parentais

Moraes *et al.* (2007) descrevem estilos parentais como um agrupamento de técnicas e métodos de atuação que norteiam a relação familiar, a fim de instruir os filhos formas de convivência e imposição de limites, proporcionando a seleção dos comportamentos aceitáveis assim como controle dos comportamentos indesejados emitidos pela criança. Os autores também destacam que o estilo educativo tem como base as experiências vivenciadas pelos pais na sua família de origem, aspectos pessoais e características do ambiente onde acontece a socialização, tais características variam de acordo com crenças, normas e os valores culturais compartilhados.

Conforme Weber *et al.* (2004 apud MACCOBY e MARTIN 1983) os estilos parentais seriam organizados a partir de duas dimensões, exigência e responsividade, para Costa *et al.* (2000) a exigência estaria ligada ao comportamento dos pais que impliquem o controle e coerção do comportamento dos filhos, e a imposição de limites e regras, já a responsividade relaciona-se a aceitação e aprovação do filho por meio de expressões de apoio, afeição e encorajamento. A partir destas dimensões estabeleceram-se quatro tipos de estilos parentais, sendo estes autoritativo, autoritário, indulgente e negligente.

O estilo autoritativo está relacionado a uma alta responsividade e alta exigência dos pais, isto exige que estes se comuniquem bem com os filhos e estejam dispostos a considerar os argumentos dos filhos, além disto, este estilo parental também tem como característica a utilização de coerção física e verbal e privações quando necessárias (MORAES *et al.* 2007).

O estilo autoritário se caracteriza por comportamentos emitidos pelos pais com baixa responsividade e alta exigência, isto significa a utilização de muita exigência e coerção a fim de satisfazer determinados padrões estabelecidos para o comportamento dos filhos, entretanto com baixo envolvimento afetivo, atenção e sensibilidade quanto às vontades dos filhos. É comum neste tipo de estilo a ausência de diálogo, não há explicação devida quanto à execução das ordens ou a punição sofrida, a partir disto a uma tendência a seguir as normas devido à utilização do poder dos pais sobre os filhos ao invés de ser por aprendizagem (MORAES *et al.* 2007).

O estilo indulgente também conhecido como permissivo tem como padrão a alta responsividade e baixa exigência dos pais, os mesmo estabelecem um com diálogo com os filhos e acreditam que baseado apenas na boa comunicação é possível inibir comportamentos indesejáveis, ou seja, os pais que enquadram neste estilo não utilizam a coerção, sedem aos filhos autonomia para execução das atividades e auxiliando-os através da promoção da aprendizagem e raciocínio (MORAES *et al.* 2007).

O estilo negligente tem como perfil baixa responsividade e baixa exigência, a relação familiar tem pouca transmissão de afeto, coerção e limites para os filhos, tais aspectos mostram uma indiferença dos pais com relação aos filhos e a educação dos mesmos. Pais negligentes não emitem comportamentos de cuidado ou atenção com os filhos, espera-se que a criança seja responsável pelas decisões e atividades desenvolvidas sem ao menos ensiná-los, outra característica é que além da indiferença, mesmo quando os filhos se comportam bem, não há utilização de práticas coercivas para corrigir comportamentos inadequados (MORAES *et al.* 2007).

2.4 Comportamento Pró-sociais

Segundo Prust e Gomide (2007, o comportamento pró-social é identificado como o que desenvolve as virtudes, como, a justiça, a generosidade, a empatia, a gratidão, dentre outros.

Para Melo (2017) o comportamento pró-social é considerada uma ação ação que visa beneficiar o próximo e está associado à prevenção de problemas de conduta ao longo do desenvolvimento infantil.

Gomide (2012), afirma que para a teoria comportamental, o comportamento pró-social, é aprendido como qualquer outro, por meio de imitação, de modelos, reforçamento e aprendizagem por observação. Nesse sentido, a ambiente onde o individuo está inserido é capaz de proporcioná-lo a manter certos comportamentos, referindo a isso as práticas educativas.

2.5 Comportamento antissocial

Tem-se interesse investigativo em saber sobre os comportamentos antissociais, na perspectiva científica analítico comportamental abordando como os autores trabalham essa questão. Assim, de acordo com Matos e Matos (2010 p.112) descrevem sobre o conceito evolutivo do comportamento antissocial:

Diferentes níveis de gravidade dos comportamentos antissociais emergem gradualmente ao longo da infância e da adolescência, evoluindo em frequência, intensidade e complexidade. Esses comportamentos iniciam-se na primeira infância e vão se agravando com o passar dos anos, associando-se a outros comportamentos antissociais mais graves, podendo assumir padrões criminosos na fase adulta.

Ao analisar o tema, Patterson, (1992) apud Hutz e Pacheco (2004) destacam que eventos antissociais são ao mesmo tempo aversivos e contingentes, ou seja, definem comportamento antissocial infantil como a apresentação, pela criança, de estímulos aversivos contingentes ao comportamento de outras pessoas, em geral de familiares.

Para os autores Patterson e Cols (1992) apud Pacheco et al Hutz (2005), afirmam que um aspecto importante na definição do comportamento antissocial, é que este, exerce uma função na relação do indivíduo com o ambiente social.

Seguindo essa perspectiva, esses mesmos autores afirmam que Indivíduos, com comportamento antissocial utilizam comportamentos aversivos para modelar e manipular as pessoas à sua volta e, devido a sua efetividade, esse padrão pode se tornar a principal forma desses indivíduos interagirem e lidarem com as outras pessoas (PATTERSON, COLS 1992 apud PACHECO, HUTZ p. (2005)..

Formiga e Gouveia (2005), citado por Weber *et al.* (2007), afirmam que as condutas antissociais se caracterizam o comportamentos antissociais que desafiam a ordem social e infligem normas sociais. Nesse raciocínio afirmam Pacheco e Hutz (2005 p 57): o comportamento pró-social, quanto o comportamento desviante de uma criança são diretamente aprendidos nas interações sociais, particularmente com membros da família, e vão se alterando a partir das exigências ambientais e do desenvolvimento do indivíduo.

Matos e Matos (2007) enfatizam que para além das definições já abordadas sobre o comportamento antissocial, faz-se necessária a compreensão para o reconhecimento da consequência caracterizada pela produção de prejuízo

significativo para o funcionamento diário da sua conduta, com sua família, ambiente escolar, dentre outros. Também deve ser levado em conta que um comportamento só se caracteriza como conduta antissocial quando possuir frequência, intensidade, repetição e duração.

Embora as definições pareçam semelhantes, alguns autores fazem pontuações importantes e relevantes sobre o comportamento antissocial.

Gomide (2001) apud Caballo; Marinho (2002) refere-se o comportamento antissocial, a todo comportamento infrinja regras sociais, ou seja, uma ação contra os outros envolvendo comportamentos agressivos, infrator (furtos ou roubo), vandalismo, fugas de casa, ausência escolar, dentre outros.

Mediante este raciocínio sobre a definição do comportamento antissocial, os autores Offord e Bordin (2000), ressaltam sobre a importância em diferenciar normalidade de psicopatologia, verificando se os comportamentos antissociais, ocorrem esporadicamente e de modo isolado, ou se constituem como síndromes, representando um desvio do padrão de comportamento esperado para pessoas da mesma idade e sexo em determinada cultura. Nessa perspectiva, o que esses autores enfatizam é que alguma característica do comportamento antissocial como mentir, furtar ou faltar à aula, dentre outros, podem ser consideradas normais no curso do desenvolvimento do indivíduo e que são de alguma forma esperado em sua ocorrência conforme a idade e padrão e frequência de ocorrência.

Para Pacheco (2004) esse padrão de comportamento, exerce uma função na relação do indivíduo com o aspecto social. Assim pode-se acrescentar que o comportamento antissocial está inteiramente ligado a dificuldades para cumprir normas morais.

Segundo Loeber (1982), et al Colls (1992) apud Pacheco (2004), afirmam que comportamentos antissociais podem também serem definidos como padrão de resposta cuja consequência é maximizar a gratificação imediata e evitar ou neutralizar as exigências do ambiente social.

Nesse sentido, Gomide (2012) afirma que o comportamento antissocial é caracterizado e interpretado como, comportamento irregular, desviante ou aversivo dependendo da posição teórica, sendo fonte de interesse investigativo de vários autores quanto aos estudos e aplicações, por essa conduta trazer inúmeras consequências que ameaçam a preservação de sua cultura e o bom andamento social.

Os comportamentos antissociais são consideravelmente abrangentes como foram descritas nas definições acima, dito isso para (Fonseca, et al., 1995), citado por Guimarães (2012), estes comportamentos passam a ser considerados inadequados ou patológicos quando se apresentam com muita frequência ou com grande intensidade ou, ainda, durante um extenso período de tempo.

Comportamentos antissociais são definidos para Burt & Donnellan, (2009), citado por Nardi *et al* (2016), como padrões de conduta intencionais que resultam na agressão física, na agressão relacional ou na violação de normas legal ou moralmente estabelecidas pelo grupo social no qual o indivíduo está inserido.

2.5.1 Comportamento antissocial – classificação diagnóstica e definição clínica

Para a psiquiatria comportamentos antissociais, são definidos como Transtorno de Personalidade antissocial (TPAS), comumente associado a transtorno de conduta ou transtorno desafiador opositivo. Autores como Bordin e Offord (2000) acrescentam que os atos antissociais relacionados aos transtornos psiquiátricos são mais abrangentes e se referem a comportamentos condenados pela sociedade, com ou sem transgressão das leis do Estado.

O comportamento antissocial se enquadra a Classificação Internacional de Doenças, CID-11 (2019), sendo descrita como, comportamento no qual os direitos básicos de terceiros ou as principais normas, regras ou leis da sociedade apropriadas à idade são violadas.

Segundo o DSM 5 (2014), o comportamento antissocial é compreendido como um transtorno de personalidade, e se caracteriza como um padrão de desrespeito e violação dos direitos dos outros.

Dalgalarrodo (2008), afirma que indivíduos que possuem o transtorno de personalidade antissocial embora sejam reconhecidos por todos, possuem incapacidade de interação afetiva verdadeira e amorosa.

Segundo os autores Vaconcellos e Gauer, (2004 p.78) nos escritos sobre a evolução do transtorno da personalidade antissocial (TPAS), ressaltam:

O aspecto salutar de um entendimento sobre o papel adaptativo do TPAS sustenta-se no pressuposto de que os indivíduos portadores do citado transtorno não apresentariam um déficit em termos de processamento das informações sociais. De outro modo, o que os portadores do transtorno conseguem fazer com êxito é justamente manipular os estados mentais alheios, ainda que se mostrem indiferentes aos sentimentos que conseguem detectar nos outros.

Nesse sentido, Vasconcellos e Gauer (2004), mencionam que tal conduta está ligada a vantagens e que a sintomatologia antissocial, voltado tão somente à obtenção de vantagens em ambientes sociais.

2.5.2 Comportamento desviante

Para Morgado e Dias (2016) um autoconceito positivo tem sido associado a fatores que protegem os jovens de se envolverem em problemas de comportamento enquanto o autoconceito negativo tem vindo a revelar associações com agressão e delinquência.

Sobre a estabilidade do comportamento antissocial, Pacheco e Hutz (2005 p.58), acrescentam:

O modelo inicia pela aprendizagem dos comportamentos antissociais, que ocorreria a partir da interação da criança com os pais. A criança descobre que seus comportamentos aversivos tais como, gritar, chorar e bater são efetivos para evitar exigências ou produzir gratificações. Por outro lado, para os pais torna-se cada vez mais difícil monitorar uma criança com comportamento antissocial, o que faz com que acabem permitindo que ela fique mais tempo fora de casa, sem supervisão.

Como pode ser observado, a caracterização do comportamento antissocial refere-se para Pacheco (2004), a eventos aversivos que ocorrem na interação familiar e com os pais, e compreende que a aprendizagem como práticas educativas e estilos parentais podem está associados.

2.5.3 Outros aspectos relacionados ao comportamento antissocial

A Psicologia da Aprendizagem atém-se aos efeitos que os distúrbios de aprendizagem, gerados no e pelo sistema educacional, possam vir a ter sobre o desenvolvimento dos referidos comportamentos. As variáveis responsáveis pela origem dos comportamentos antissociais comumente estão associadas ao rebaixamento da autoestima (Gomide, 2001).

A autoestima segundo Guimarães (2012) funciona como um filtro do comportamento geral do jovem a vários níveis, nomeadamente escolar, familiar, social, especificamente na saúde psicológica e rendimento escolar.

Neste contexto, afirma Guimarães (2012), que a autoestima consiste como um componente psicológico importante no desenvolvimento do ser humano. Na perspectiva desse autor, a autoestima é uma variável importante que pode estar associada ao desencadeamento de comportamento antissocial. Dito isso, indivíduos que possuem uma baixa autoestima possuem dificuldades de cumprir com condutas certas. Uma autoestima elevada é relevante para o equilíbrio da vida pessoal, profissional e social.

Guimarães (2012), afirma que são vários os estudos que citam que um baixo autoconceito pode ser forte fator de risco para desencadear comportamentos desviantes ou estilos de vida negativos como, por exemplo, a delinquência.

Crianças com comportamento antissocial possuem dificuldades no que se refere a habilidades sociais, pois segundo Marinho e Caballo (2002), seus comportamentos são vistos como incompetentes por utilizarem mecanismos de interação e de solução de problemas considerados socialmente inadequados.

2.6 Discussão dos principais aspectos sobre o tema

A partir dos resultados estabelecidos, é possível estabelecer aspectos relevantes relacionados ao objetivo proposto que é descrever em termos teóricos a importância e aplicabilidade do comportamento moral e a manutenção de comportamento pró-social em indivíduos com comportamento antissocial.

Com a finalidade de analisar os resultados obtidos nos estudos selecionados é possível mencionar que há destacam-se aspectos importantes a serem analisados, pois comportamentos que são identificados com variáveis antissociais, como citado no referencial, incluindo (ambiente familiar, processo socializador, habilidades sociais, ambiente escolar, e determinantes culturais), esses fatores que antecedem ao comportamento antissocial, são capazes de contribuir para seu desenvolvimento enquanto problema social, incluindo quadros evolutivos e contribuir para sua manutenção persistente como problema.

Alguns autores se destacaram com relação a publicações relacionadas sobre comportamento moral. São estes, Paula Inez Cunha Gomide, Ligia Weber, Zilda A. P. Del Prette e Almir A. Del Prette. A partir destes aspectos pode-se supor que o tema vem sendo objeto de pesquisas no Brasil, o que contribui com a ideia de relevância do tema.

Os comportamentos pro-sociais refletem sobre produzir novos repertórios comportamentais, promovendo que o indivíduo passa a ter condutas moralmente civilizadas, de modo a internaliza-las. Dito isso, a probabilidade de intervir, são baseadas nos princípios morais, incluindo valores, regras e reforçamentos trabalhados.

Através disso é possível referir-se a comportamentos antissociais, como aqueles que possuem ausência de valores em valores, como honestidade, justiça, empatia, obediência, dentre outros. Condutas capazes de afetar o ambiente no qual se encontra inserido, prejudicando a si a outros. Os estudos de Prust e Gomide (2007), demonstram que as prática educativas denominada comportamento moral, estão ligados ao desenvolvimento dos comportamentos antissociais.

Identificar o comportamento antissocial implica em perpassar por todas variáveis possíveis que comprovam a existência da conduta para o diagnóstico. As variáveis que desencadeiam comportamentos antissociais são as mesmas capazes de mantê-la, a cultura, ambiente familiar, educacional são de fortes influencias para o indivíduo.

As publicações que remetem sobre o ensinamento do comportamento moral, publicadas por Paula I. C. Gomide entre 2010 e 2012, apresentam a avaliação de comportamento moral para crianças e adolescentes e procedimentos que alterem comportamento antissocial, sua publicação trabalha ensinamentos de virtudes (polidéz, obediência, generosidade e justiça).

O programa de Comportamento moral elaborado por Paula I. C. Gomide em 2010, tem a capacidade de propiciar condições para o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais bem como prevenir comportamentos antissociais, no sentido de alcançar qualidade de vida das crianças e adolescentes. É caracteriza pelo ensinamento das virtudes através de exemplos de experiências, em uma relação permeada pelo afeto, onde são explicitadas claramente opiniões sobre comportamentos de risco como: uso de drogas, comportamento promiscuo com crianças a adolescentes abrigados.

O programa conta com caracterização de amostra e dados estatísticos, delineamento experimental. Assim é possível afirmar dentro dos conceitos abordados pela autora as possibilidades interventivas de produzir manutenção de comportamentos pró-sociais.

Elaborado com 13 sessões com duração máxima de 90 minutos, os procedimentos e atividades de casa sessão dinâmica incluiu integração grupal, polidez, mentira obediência, honestidade, amizade, expressão de sentimentos, vergonha culpa, reparação de danos, justiça e generosidade, e o encerramento que revisou todas as virtudes trabalhadas. Os termos e aspectos trabalhados para autora contribuem também para a capacidade de promover habilidades sociais.

Com relação às práticas educativas parentais foi possível observar este conceito na maioria dos artigos selecionado, afirmando forte influencia desencadeadora de comportamentos considerados aceitos e comportamentos não aceitos. Estilos educativos positivos tendem a desenvolver nos filhos comportamentos morais, e de fácil manutenção pró-social, já estilos educativos parentais negativos tendem está correlacionadas ao desenvolvimento de comportamentos antissociais.

Para Gomide *et al*(2005) as práticas educativas positivas são responsáveis pelo desenvolvimento social infantil, sendo promotoras de comportamentos socialmente habilidosos.

Confirmando que estilos educativos parentais positivos são mais eficazes para promover o desenvolvimento do comportamento moral, a autora Ligia Weber, tem trabalhado em publicações que fortalecem as praticas educativas parentais positivas, a obra “eduque com carinho” reflete e contribui para a disciplina positiva e fortalece a comunicação e compreensão de regras e ensina sobre a educação positiva. Para Gomide *et al*(2005) as práticas educativas positivas são responsáveis pelo desenvolvimento social infantil, sendo promotoras de comportamentos socialmente habilidosos,

A importância desses aspectos abordados, remetem condições para avanços de estudos relacionados a promover o desenvolvimento do comportamento moral, visto que é uma deficiência perceptiva em sociedade e o tema chamado cada vez mais a atenção de autores da área.

3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA

3.1 Método

O método utilizado para a produção da referente pesquisa possuiu critérios de inclusão e exclusão a fim de selecionar materiais como artigos, livros e dissertações que tratam do tema entre os anos de 2009 a 2019. Visto que a pesquisa possui caráter descritivo, buscou-se abordar resumidamente como autores tratam sobre o comportamento moral para poder integrar ao trabalho de forma colaborativa.

3.2 Classificações da pesquisa

A presente pesquisa teve embasamento em dados de natureza qualitativa, com caráter descritivo a fim de melhor eficácia e compreensão do tema, abordando sobre a importância, métodos, análises e práticas sobre a definição e desenvolvimento do comportamento moral e sua relação com o comportamento antissocial.

3.3 Procedimentos de coleta de dados

O estudo se classificou como uma pesquisa bibliográfica com ordem narrativa. Foram utilizados livros com embasamento científico e de caráter profissional, com aplicações recentes sobre o referido tema, como Comportamento Moral (uma proposta para o desenvolvimento das virtudes – Paula Inez Cunha Gomide 2012), além de, artigos, dissertações e monografias. Os artigos selecionados para construção da pesquisa, foram coletados a partir de buscas realizadas na biblioteca virtual Scielo (Scientific Eletronic Library Online – Scielo/ <https://www.scielo.org/>), BVS-Psi (Biblioteca virtual de Psicologia Brasil/ <http://www.bvs-psi.org.br/php/index.php>) e Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia/ <http://pepsic.bvsalud.org/>), para melhor compreensão dos estudos já realizados entre os autores selecionados sobre esse tema..

As buscas foram direcionadas a partir da utilização das palavras chave: comportamento antissocial, comportamento moral, comportamento pró-social, práticas educativas.

Foram inclusos a pesquisa, períodos de publicações entre 2009 a 2019, utilizado o idioma português, estudos, pesquisas e aplicações dos métodos interventivos sobre o comportamento antissocial.

Para produção desta pesquisa, foram utilizados aproximadamente 18 artigos e 8 livros, que abordaram de forma direta ou indireta sobre comportamento moral, comportamento pró-social, praticas educativas e comportamento antissocial.

3.4 Análise e Interpretação

Para a análise e interpretação, o trabalho contou com a utilização de critérios de inclusão e exclusão para todo referencial selecionado na realização da pesquisa, identificado como itens principais: variáveis pertinentes no comportamento antissocial, definição do termo entre autores, praticas educativas parentais como influencia no tema abordado, o desenvolvimento do comportamento moral, além do ano de publicação de cada trabalho.

Após a seleção dos conteúdos estudados, foi realizada uma leitura analítica a fim de estabelecer no material selecionado, variáveis sobre o comportamento antissocial, sua definição e como os autores tratam sobre o assunto.

A interpretação teve base técnica e teórica para identificar as possíveis influencia sujeitas ao desenvolvimento do comportamento antissocial e como o comportamento moral pode ser desenvolvido neste, como prática reforçadora para a promoção da manutenção de comportamentos pró-sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das publicações encontradas e inclusas nesse trabalho, proporcionou alcançar o objetivo, demonstrando possibilidades produzir novos repertórios comportamentais e a forte influencia das praticas educativas parentais como capazes de promover comportamento moral ou antissocial. Fica claro que que o comportamento é mutável, sendo suscetível as práticas morais.

Foi possível perceber que além dos estudos do comportamento moral e seus avanços teóricos na psicologia, o comportamento antissocial também tem cada vez mais se tornado tema de estudo e investigação, tanto quanto identificado como normalidade ou como transtorno de personalidade.

Este trabalho foi capaz de agregar conhecimentos a cerca dos possíveis métodos utilizados sobre o desenvolvimento do comportamento moral.

Pretende-se continuar investigando como instrumento profissional, sobre métodos, práticas e intervenção do comportamento moral para lidar com comportamentos socialmente negativos.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *DSM-V. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. 4ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2014, Disponível em: <http://ea.eol.org.ar/03/pt/textos/txt/pdf/textos.pdf> Acessado em: 10 de Maio de 2019.
- ALVARENGA, M. A. S.; et al/ GONTIJO, D. F. Evolução do DSM quanto ao critério categorial de diagnóstico para o distúrbio da Personalidade antissocial. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, p. 258-266, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v58n4/a07v58n4.pdf> Acessado em: 13 de Ago. de 2019.
- BARBIEIRE, V. PAVELQUEIRES, J. G. Personalidade Paterna como Fator Prognóstico no Tratamento da Tendência Antissocial. *Paidéia*, vol. 22, p. 101-110, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v22n51/12.pdf> Acessado em 13 de Ago. de 2019
- BORDIN, I; OFFORD, D. R. Transtorno da conduta e comportamento anti-social. *Rev. Bras. Psiquiatria*, São Paulo. vol.22 p.12-15, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v22s2/3789.pdf> Acessado em: 12 de nov. de 2019
- CARVALHO. Lígia Mosolino de. ***Desenvolvimento Moral na Análise do Comportamento: uma revisão bibliográfica***. 86 p.(Psicologia Experimental), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- DEL PRETTE, A.; DEL PRETE, Z. A. P. *Habilidades Sociais, Desenvolvimento e Aprendizagem*: Questões conceituais, Avaliação e Intervenção. Campinas, SP. Editora Alínea, 2003. 313 p.
- DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, A. A. P. ***Um sistema de categorias de habilidades sociais educativas***. *Paidéia*, v. 18 p. 517-530. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n41/v18n41a08> Acessado em: 07 de Maio de 2019
- GOMIDE, P. I. C. ***Comportamento Moral***: Uma proposta para o desenvolvimento das virtudes. Curitiba: Juruá Editora, 2010. 300 p.
- GOMIDE, P.I. C.; JÚNIOR STAUT, S. S. ***Introdução à Psicologia Forense***. Curitiba: Juruá Editora, 2016.
- GOMIDE, P. I. C. ***Menor Infrator***: A Caminho de um Novo Tempo. 2º Ed. Curitiba: Juruá Editora, 1998, 180 p.

GUIMARÃES, J. V. C. **Autoconceito, autoestima e Comportamentos desviantes em adolescentes**. 69 p. (Psicocriminologia), ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, Portugal, 2012.

ICD-11 FOR MORTALITY AND MORBIDITY STATISTICS. CID-11 Classificação Internacional das Doenças. (Version : 04 / 2019) Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en> Acessado em: 09 de Agosto de 2019

MORGADO, A. M.; DIAS, M. L. Comportamento antissocial na adolescência: o papel de características individuais num fenómeno social. *Psic., Saúde & Doenças* vol.17, n.1. p. 15-22, Lisboa abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psd/v17n1/v17n1a03.pdf> Acessado em: 07 de Maio de 2019.

MARINHO, M. L.; CABALLO, V. E. Comportamento antissocial infantil e seu impacto para competência social. *Psicologia, Saúde & Doenças*, p. 141-147 Universidade Estadual de Londrina, Brasil 2002. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psd/v3n2/v3n2a03.pdf> Acessado em: 04 de Maio de 2019.

MORAES, R. et al. Socialização parental e valores: Um estudo com adolescentes [Parental socialization and values: A study with teenagers]. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.20, p. 167-177, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722007000100021>. Acesso em 03 de Nov. de 2019.

PRUST, L. W.; GOMIDE, P. I. C. Relação entre comportamento moral dos pais e dos filhos adolescentes. *Estudos de Psicologia* p. 53-60 Campinas, SP. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v24n1/v24n1a06.pdf> Acessado em: 07 de Maio de 2019.

PACHECO, J. T. B.; HUTZ, C. S. Variáveis Familiares Predictoras do Comportamento Anti-Social em Adolescentes Autores de Atos Infracionais *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 25 n. 2, p. 213-219. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Abr-Jun 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n2/a09v25n2.pdf> Acessado em 07 de Maio de 2019

PACHECO, J.; et al. HUTZ, C. S. Estabilidade do Comportamento Antissocial na Transição da Infância para a Adolescência: Uma Perspectiva Desenvolvimentista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, p.55-61, 2005, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n1/24817.pdf> Acessado em: 07 de Maio de 2019.

SKINNER, B. F. **O Mito da Liberdade**. 3º Ed. Rio de Janeiro: Bloch Editores. 1977, 168 p.

SOARES, M. H. Estudos sobre transtornos de personalidade Antissocial e Borderline. *Acta Paulista de Enfermagem*, 2010 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v23n6/21.pdf> Acessado em: 12 de novembro 2019

SILVA, A. T. B. ; MARTURANO, E. M. Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. Estudos de Psicologia, p. 227-235, 2002 Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v7n2/a04v07n2.pdf> Acessado em: 12 de novembro de 2019

SALVO, C. G; SILVARES, E. F. M; TONI, P. M. Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. Estudos de Psicologia, vol. 22, p. 187-195, 2005. Pontifícia Universidade Católica de Campinas Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/3953/395336346008.pdf> Acessado em: 12 de novembro de 2019.

VASCONCELLOS, S. J. L; GAUER, G. J. C. A abordagem evolucionista do transtorno de personalidade anti-social. Revista de Psiquiatria. Rio Grande do Sul. p. 78-85, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v26n1/20480> Acessado em: 12 de novembro de 2019

WEBER, L. N. D; CUNHA, J. M; MOURA, V. F. Análise das relações entre o comportamento anti-social de adolescentes e a interação familiar. In: STARLING, R. R. **Sobre Comportamento e Cognição**: Temas aplicados. 1º Ed. Santo André SP: ESEtec Editores Associados, 2007. 19, cap 33, p.347- 367